

Ética e Política

Homero de Oliveira Costa

Jornal de Hoje 29.08.2001

A formação da CPI de PC Farias, em 1992, e os resultados a que ela chegou, com a constatação de inúmeros crimes praticados contra os cofres e o patrimônio públicos, que envolveram o próprio presidente da República, além de mostrar a importância que uma Comissão Parlamentar de Inquérito pode ter (compreensivelmente, o presidente e seus aliados tudo fizeram para impedir sua instalação), suscitou, naquele momento, um enorme sentimento de indignação popular.

Afinal, o presidente havia sido eleito personificando a mudança já há muito desejado pela população brasileira, com discursos falando sobre modernidade e moralidade pública. Os resultados do seu governo são sobejamente conhecidos: Fernando Collor não passou de um farsante e seu governo se viu envolvido num dos maiores escândalos da vida republicana brasileira.

Essa indignação levou milhares de brasileiros às ruas – os estudantes “caras-pintadas” à frente – sempre convocados em defesa da ética na política.

Muitas organizações suprapartidárias, mesmo antes das manifestações de ruas, já se mobilizavam em torno da defesa da ética na política.

A compreensão da relação entre ética e política, ou seja, o entendimento mais geral, que essa questão suscitava, dizia respeito à forma como a chamada “coisa pública” deveria ser gerida.

No caso do governo Collor, as coisas pareciam claras: tratava-se da formação de uma verdadeira quadrilha para saquear os cofres públicos. O que parece curioso é que, depois do impeachment de Collor, diversos casos de corrupção foram denunciados (alguns fartamente documentos) e não geraram a mesma mobilização indignada. O que terá acontecido?

Numa análise sobre o clientelismo e a corrupção no Brasil contemporâneo José de Souza Martins ¹ salienta um aspecto importante: o que causou espanto em relação ao período Collor não foi a corrupção, e mesmo o impeachment do presidente, mas o fato da população (ou parte dela) ir às ruas. Por quê? Porque a forma como se dá a gestão da “coisa pública” no Brasil leva as pessoas a acharem natural o uso privado do Estado e suas conseqüências: o nepotismo, a corrupção, o tráfico de influência etc.

Ao analisar o Estado brasileiro historicamente, ele mostra que os mecanismos através dos quais isso é possível, sempre foram considerados legítimos na sociedade brasileira.

Nas Ciências Sociais, isso tem suscitado muitas análises e reflexões. Um das que considero mais sugestivas para a compreensão de práticas corriqueiras que vemos no dia-a-dia (nepotismo, tráfico de influência etc.) e que procura entender esse processo em sua raiz, ou seja, como se constituiu e se desenvolveu no país, é o estudo clássico de Raymundo Faoro “Os donos do poder” ²

Faoro analisa o processo de formação e desenvolvimento daquilo que qualificou como “Estado patrimonial” cuja tese central é, para simplificar, mostrar como se deu historicamente a apropriação do Estado, que passa a ser mera extensão dos interesses privados.

O que isso tem a ver como ética na política? A meu juízo, tudo. Numa sociedade onde não existe democracia (e, portanto, mecanismos de controle da população sobre aqueles que exercem o poder), onde o público e o privado se confundem, como pode haver ética no exercício do poder? Como diz José de Souza Martins, o que existe no país historicamente é uma “dominação política patrimonial, um clientelismo de fundo oligárquico (que se moderniza e assume novas formas) e no qual a política do favor se torna a base e o fundamento do Estado”.

¹ Martins, José de Sousa. O poder do atraso: ensaios de Sociologia Lenta. São Paulo, Hucitec, 1994.

² Faoro, Raimundo. Os donos do poder. Rio de Janeiro, Globo, 1959.

A questão que se coloca é: é possível compatibilizar ética com política? Como eles se relacionam? Marilena Chauí, ao discutir com muita propriedade essa questão (programa sobre ética, exibido na TV Cultura), mostra que há três critérios pelos quais a ética e a política se relacionam, um sendo subsídio para a realização do outro.

Primeiro, é a ausência de violência, ou seja, tratar o outro como sujeito, e, portanto, eticamente.

Segundo, embora a ética se realize no campo privado, nenhuma autoridade pode ser legítima se for despótica (há, portanto, uma incompatibilidade entre ética e qualquer forma de despotismo). A política vai justamente “auxiliar a ética contra a arbitrariedade”.

E o terceiro critério é o da redefinição da idéia de liberdade, ou seja, o direito de escolha, “de inventário do novo” etc. Uma sociedade que nega essa possibilidade não é uma sociedade democrática. “E, mais importante, uma sociedade democrática é aquela na qual existe a afirmação da esfera pública (o campo da política) e à esfera privada (o campo da ética) e a garantia da liberdade e da justiça”.

Marilena Chauí conclui afirmando: “estou convencida de que há uma única forma de política compatível com a ética e uma única modalidade de ética compatível com a política. Essa forma política é a democracia e essa forma de ética é a liberdade através dos direitos. Como a democracia é o campo da criação dos direitos e como a ética é a afirmação dos direitos através do direito fundamental, que é o direito à vida e à liberdade, a compatibilidade entre a ética e a política só pode ocorrer quando o campo da política permite o tratamento dos conflitos e quando o campo da ética permite a divulgação dos seus princípios. Isso só é possível numa sociedade democrática”.

Ao se colocar nesses termos, fica muito difícil a compatibilidade entre a ética e a política numa sociedade como a nossa, de extrema desigualdade social e

política, onde uma inexpressiva minoria se apropria do aparelho de Estado e o utiliza para fins privados.

Isso não significa afirmar que todos os governantes são corruptos e usam o Estado para fins exclusivamente pessoais, mas os que assim o fazem, encontram um terreno fértil, uma cultura política e um Estado que historicamente se constituiu permitindo tais práticas.

Homero Costa é professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN
http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero_costa/index.html



www.dhnet.org.br